

As limitações da crítica pós-moderna na pesquisa sociológica e na prática transformadora da realidade

Debate ou discussão em teoria social

GT 16- Metodología y epistemología de las ciencias sociales

Rodrigo Bischoff Belli¹

Resumo

Pretende-se problematizar a postura crítica pós-modernana sociologia. Se for corretodizer, assim como considera a crítica em questão, que a sociologiaestabelece uma distinção teórico-metodológica entre sujeito e objeto do saber que representa uma resposta conservadora aos conflitos gerados por relações no modo capitalismo, não é correto, porém, negar esse modelo, atrelando-oa uma crítica indistintada razão. O pós-modernismo tende a associar o termo razão a uma leitura, que a compreende apenas como um exercício lógico. Entretanto, é possível demonstrar outra noção de razão, que destoa da anterior radicalmente, definindo-a enquanto um exercício teórico-prático crítico, que funciona sempre em tentativas de reconstrução abstrata do movimento do real, aproximando-se, mas nunca se emparelhando absolutamente com ele.

Palavras-chave: pós-moderno; razão; metodologia.

Desenvolvimento

A sociologia representa um caso peculiar na história das ciências. Até os dias de hoje, depois de passados mais de cem anos da constituição da primeira cátedra da disciplina, na Sorbonne, por Èmile Durkheim, e passados mais de duzentos anos da publicação original do *Curso de Filosofia Positiva* de Auguste Comte, as justificativas utilizadas para avaliar o caráter incipiente e extremamente limitado do seu conjunto teórico-metodológico ainda se fazem presentes. Mas, diferentemente do que pensava o elaborador da doutrina positivista, que tinha na física social sua pedra angular, o caráter ainda limitado da sociologia tem outras significações para além de seu pouco experimentado aparato analítico. Se ao início do século XIX queria-se enfatizar a necessidade de estudo das relações sociais numa perspectiva distinta daquela realizada pela especulação filosófica e pela economia política, aproximando-se do modelo existente na observação dos fenômenos considerados naturais, nos dias de hoje a ênfase ocorre justamente no sentido inverso. Mais do que nunca, os sociólogos buscam dar à sociologia uma autonomia maior com relação aos modelos científicos das ciências da natureza. Trava-se, assim, um confronto entre adeptos de uma vertente clássica da sociologia – próxima, embora não idêntica, ao ideário comtiano –, que é tomada por muitos como que representada pela tríade analítica composta pelos escritos de Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, bem como de todo o conjunto teórico desdobrado a partir de suas análises, e de uma nova vertente, que comumente recebe a denominação de pós-moderna. Esta seria caracterizada pela proposição de um novo aparato teórico-metodológico, negador da observação da realidade social através dos modelos científicos próprios da modernidade, supostamente limitados por uma visão naturalista e mecanicista de mundo, e incentivadora da valorização da subjetividade, tanto do sujeito pesquisador quanto do objeto pesquisado.

¹ Professor de sociologia do departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina (UEL), e doutorando no Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Contato eletrônico: rbbelli@hotmail.com

A nova vertente sociológica surge, portanto, assumindo uma postura crítica aos modelos estabelecidos em sua área, assim como à conjuntura societal atual, que alicerçaria essa prática científica supostamente limitada. Então, mais além do que uma mera avaliação epistemológica, a vertente pós-moderna da sociologia oferece uma crítica da configuração atual das formações sociais das quais brotam as análises sobre seu próprio funcionamento.

No entanto, é possível fazer uma série de questionamentos. Dentre elas, destaca-se a maneira como ocorre o reconhecimento da instabilidade da prática sociológica, tanto das particularidades da análise científica quanto dos seus desdobramentos práticos. Desde a concepção da necessidade de estudar cientificamente a sociedade até os nossos dias, a compreensão de como deveria ocorrer a relação entre teoria e prática ainda é bastante limitada. Nem a leitura clássica, nem a pós-moderna, dentro da sociologia, parecem capazes de sustentar argumentos que validem suas concepções sem resvalarem em formulações que contrariam os pressupostos mais simples da análise científica, e que, de fato, representam os pressupostos básicos de nossa existência: a saber, a necessidade de produzirmos e reproduzirmos nossas condições de vida, tanto objetivas quanto subjetivas, em um exercício volitivo limitado por relações históricas herdadas de gerações passadas.

Mas, ao contrário do que possa parecer, não se trata de um momento de suspensão de toda a teoria. Se se pode questionar o atual estado de coisas, isso significa que é possível esboçar alguma resposta. Nesse sentido, atendo-se a certas pesquisas, já é possível dizer que existe um conjunto teórico que foi capaz de pensar para além do signo da instabilidade sociológica. Que consegue trazer elementos que explicam as causas dessa situação e que, ao mesmo tempo, propõe algo novo, mesmo que esteja sujeito a equívocos. Esta corrente de pensamento é o marxismo, ou para ser mais exato, algumas elaborações teóricas oriundas do marxismo. Essa constatação, como é possível observar, contraria a análise que considera os textos de Marx e dos marxistas atreladas à sociologia clássica. Abaixo segue o desenvolvimento das ideias apresentadas.

Antes mesmo da consolidação da primeira cátedra sociológica, fato considerado como marco da sociologia, Auguste Comte já escrevia sobre a necessidade de se fundar, no início do século XIX, uma física social. Ou seja, se tornava necessária, segundo ele, a constituição de um ramo científico que tratasse dos fenômenos próprios às relações entre as pessoas.²

Tal preocupação não era sem motivos. Afinal, a Europa gestava um movimento que açambarcaria todo o mundo dois séculos depois – o mercado mundial –, e que representava, naquele momento, a passagem das formações societárias de tipo feudal àquelas de tipo capitalista. Acontecem, então, transformações econômicas, políticas e culturais de ordem radical.³

Um resultado importante dessas transformações foi o surgimento da classe trabalhadora. Definida enquanto proletariado, ela se mostra e se concebe como um agrupamento social que consegue negar a distinção existente anteriormente, comum aos trabalhadores pré-capitalistas, que entendi como natural (ou espiritual) a existência de ricos e pobres, e que servia de justificativa à manutenção de suas insalubres condições de vida. Sua crescente organização levou ao reconhecimento de que a situação era muito mais complexa do que essa dicotomia representava, movimento que permitiu a associação dessa classe ao campo do socialismo, enquanto corrente política que se apresentava como alternativa radical à formação social capitalista. Isto já punha a necessidade, às classes sociais constituídas, de compreensão mais aprofundada da realidade, com o propósito claro de intervenção sobre ela.

Outro resultado importante é que a formação de uma nova cultura, combativa ao pensamento escolástico e a visão de mundo clerical comum ao feudalismo, imprimiram na atividade intelectual o emprego sistemático da razão. Em outras palavras, pretendia-se elaborar um conhecimento que deixasse de se pautar em dogmas e passava a cultivar o livre pensar, ou uma forma de elaborar o saber que levava em consideração a apreensão empírica da realidade, evitando-se apriorismos, e a análise

²Sobre a elaboração da física social e o entendimento de sua existência, ver Comte (1996).

³Sobre a transição do feudalismo para o capitalismo e suas diversas consequências, ver Hobsbawm (2005).

dessa apreensão através de processos de abstração. O mesmo movimento analítico permite tratar dos fenômenos sociais não como um ajuntamento de expressões individuais, mas de processos extremamente complexos de interação entre grupos sociais, algo necessário para a implantação eficaz de um novo projeto de mundo, o projeto da modernidade.

A sociologia não representa nada mais do que uma resposta intelectual, alinhada ao projeto moderno, que visava resolver os problemas sociais postos pela transição do feudalismo para o capitalismo.

A física social de Comte representava toda essa necessidade. Ela poderia ser caracterizada, então, como um ramo do conhecimento geral da realidade especializado no estudo das leis de desenvolvimento das relações entre as pessoas em sociedade através da observação, do experimento e do método comparativo. A observação ocorre através da atividade empírica e do trabalho teórico de abstração dos fenômenos sociais. É através do registro de diversos casos que se torna possível a comparação e melhor avaliação dos fenômenos sociais, já que eles podem ser, então, classificados em padrões definidos. É desse modo que a atividade experimental, tão comum às ciências naturais em condições laboratoriais, mas rara nas ciências humanas, torna-se possível.

A manutenção, mesmo que em outro nível, do projeto moderno na sociologia poderia ser vista nos trabalhos dos chamados clássicos da sociologia. Segundo os teóricos pós-modernos, Marx, Weber e Durkheim representariam, cada um a sua maneira, a extensão do projeto moderno nas análises sobre os fenômenos sociais. Estas seriam marcadas pelo signo da valorização dos processos de superação da sociedades de tipo feudal, focando suas teorias no entendimento da sociedade capitalista em formação. Marx focaria nas questões relativas às classes sociais, Durkheim à industrialização e Weber na conformação da individualidade.

Esta análise pós-moderna pressupõe que tanto a ideologia liberal-capitalista, defensora da formação societal capitalista, quanto a corrente teórico-política marxista, crítica a essa formação, concebem a sociedade como que fundada no trabalho. Algo reforçado pela ideia de que ambas as posições reconheceriam a sociedade moderna como uma “sociedade do trabalho”, ou seja, que a atividade laborativa seria central para a composição da condição humana. Costuma-se elencar três pontos que sustentariam a tese da centralidade do trabalho no período moderno: 1) o aumento do trabalho em sua forma “pura”, enquanto atividade autônoma, separada de outras instituições, ao contrário do que ocorria no período feudal –isso teria permitido condensar a observação e a vivência de experiências da atividade do trabalho na figura do trabalhador; 2) a hierarquia surgida, devido a grande especialização do trabalho, entre formas de trabalho consideradas nobres e vulgares determinou a existência de conflitos e formas de solidariedade fundamentais no arranjo social; 3) o desenvolvimento, em todos os níveis, da chamada racionalidade instrumental, ou racionalidade técnica, que além de regular a atividade produtiva, orienta outros conjuntos de relações na sociedade.⁴

Estes elementos que seriam a base afirmativa da centralidade do trabalho teriam deixado de existir, ao menos supostamente, na passagem dos anos de 1960 aos de 1970.

O primeiro dos pontos que levam a tal afirmação é que o “trabalho”, associado ao conteúdo de ocupação, ou seja, como sinônimo de “emprego”, teria se tornado uma atividade heterogênea, mais diversa, e, portanto, mais complexa do que era anteriormente. Assim sendo, as relações de trabalho e as relações de classe comuns no início do capitalismo já não permaneceriam idênticas na atual fase. Ser apenas empregado não resumiria o conjunto de manifestações da vida. Com a reorganização da divisão do trabalho, com seu aperfeiçoamento, a variedade dos interesses e das experiências teria dado brecha para o surgimento de novas formas de associação cultural, política e organizacional.

⁴O debate sobre as transformações ocorridas no modo de produção capitalista no período em questão, bem como da pesquisa social consequente, é imenso. Cabe ressaltar aqui algumas obras referenciais do conjunto analítico que ora se apresenta, como Gorz (1982), Habermas (1968) e Offe (1994).

Nesse sentido, é visível o impacto do crescimento do setor de serviços (o chamado terceiro setor) na economia capitalista. Para além de sua importância na dinâmica econômica, sua caracterização se difere, e muito, do trabalho industrial. Naquele, a lógica técnica tenderia a predominar menos do que nesta última, dado que a complexidade da organização desse tipo de trabalho e sua inserção no processo produtivo só poderia se desenvolver de maneira mais “criativa”, superando o suposto mecanicismo da racionalidade técnica, que pouco contribui para a diminuição dos problemas de “segunda ordem”.

Uma segunda observação realizada diz respeito ao declínio da importância da chamada ética do trabalho na vida dos próprios trabalhadores, ou, em outras palavras, a queda na importância dada ao trabalho por aqueles que vivem essa situação em seu cotidiano. Aos pós-modernos, é comum compreender a centralidade do trabalho, ou aquilo que se considera ser a centralidade do trabalho dentro da sociologia tradicional, como que movimentando dois mecanismos: o da integração social, onde ele é encarado como um dever; e o de integração ao sistema, visto como necessidade. Respectivamente, um fator moral e um fator concreto, existencial.

O processo de racionalização, ao aumentar cada vez mais o nível de especialização do trabalho, aliado à lógica da mercadoria – que exige uma quantidade cada vez maior de trabalho morto e de uma forma de produtividade pautada na extração de mais-valia relativa –, diminui quantitativamente a necessidade de trabalhadores no processo produtivo. Assim, ele também é um fator que contribuiria para que o trabalho deixe de estar no cotidiano da maior parte da população.

No campo da necessidade, a conjuntura da época, marcada pela ascensão do Estado de bem-estar, bem como do estado das relações de produção, indica que o trabalho assalariado perde cada vez mais espaço. Já que a grande massa de trabalhadores retirados do segundo setor e não absorvidos pelo terceiro tendem a ser assistidos pelo governo, a perspectiva de uma sociedade fundamentada diretamente pela necessidade do trabalho começaria a esvaír-se.

As análises dos chamados clássicos teriam sido valiosas para a sociologia até a década de 1970. A partir desse período histórico, se conformaria uma nova conjuntura, portadora de uma ruptura bastante significativa com os padrões de sociabilidade capitalistas existentes até então.

Esse reconhecimento parece ter se consolidado através de uma operação interessante, que envolve a negação de elementos essenciais da chamada sociologia “clássica”, especialmente ao que se refere ao uso da razão e os desdobramentos teórico-metodológicos dele derivados.

De uma maneira geral, o pensamento pós-moderno afirma que a humanidade vivenciaria, pelo menos desde o período dessa suposta transformação do modo de produção capitalista, um crise profunda e irreversível, calcada nos limites do paradigma moderno. Isso porque os avanços científicos produzidos por esse modelo de racionalidade evidenciariam tanto as limitações das concepções metodológicas que distinguem absolutamente sujeito e objeto do saber – algo cristalizado na distinção entre natureza e ser humano – quanto de suas consequências sociais – a saber, o “totalitarismo” da ciência moderna sobre as outras formas de saber não-científicas e na subordinação da própria ciência a interesses econômicos e políticos nocivos à própria humanidade. O projeto moderno, tanto em sua faceta capitalista tradicional, defendida pelo pensamento liberal, quanto à ciência, com seu aparato constituído com base nessa concepção de mundo, já não serviria de maneira positiva para o desenvolvimento das condições de vida no planeta. Há, portanto, uma crítica aos modelos instituídos. No entanto, essa postura pretensamente de esquerda apresenta grande resistência às correntes tradicionais. Uma parcela considerável dos teóricos pós-modernos almejam a elaboração de uma alternativa do tipo de terceira via no campo político, capaz de superar aquilo que eles acreditam ser a falência do pensamento liberal e os descaminhos da esquerda revolucionária.

Surgem, então, novas formulações, essencialmente distintas daquelas elaboradas pela sociologia moderna – como a ideia de identidade entre sujeito e objeto do saber; o entendimento de que a realidade se faz pela intersecção de diversas subjetividades, em detrimento da existência de uma

realidade objetiva, independente de qualquer consciência; e pela ideia de progresso como um processo de controle e submissão de uma cultura sobre a outra.⁵

O pensamento pós-moderno também assume uma agenda política determinada e particular. Essa agenda se faz por dois caminhos: o primeiro é o da tentativa de estabelecer uma nova cultura, um novo padrão de sociabilidade, e o segundo é o de afirmação de uma ação política que oriente para uma determinada transformação das formas de organização da sociedade de uma maneira também determinada. No caso específico do pós-moderno, a nova cultura que tenta ser estabelecida é a do senso-comum como fonte primordial de conhecimento, adotado como método de compreensão da realidade, e da valorização de toda a perspectiva possível através do diálogo entre elas como ação política central.⁶

Se for certo que a sociologia, em sua fase considerada “clássica”, estabeleceu uma distinção teórico-metodológica entre sujeito e objeto do saber – na qual o cientista, então sujeito, não poderia manifestar em suas pesquisas sua própria condição social, com o risco de se confundir com o seu objeto de estudo, justamente o social –, e que esta distinção se adequa enquanto uma resposta conservadora aos conflitos sociais gerados pelas relações do modo de produção capitalista, não é correto, porém, adotar uma postura negadora desse modelo unicamente atrelando-a uma crítica indistinta e homogeneizadora da razão moderna.

Considerando que a razão moderna é uma categoria que expressa uma tentativa de compreensão do processo de consciência dos seres humanos em sua atividade real, ela deve ser considerada como algo em constante transformação, como também sujeita a equívocos analíticos.

O pensamento pós-moderno tende a associar toda categorização acerca da razão a apenas uma leitura, que a compreende enquanto um exercício lógico, reduzindo a complexidade da razão humana ao fenômeno moderno de matematização do mundo. Ao fazê-lo, bastaria criticar a matematização do mundo social para criticar a razão.

Entretanto, é possível demonstrar que existe outra noção de razão, que destoa da anterior de maneira radical, definindo-a enquanto um exercício teórico-prático, crítico da realidade e que funciona sempre em tentativas de reconstrução abstrata do movimento do real, que se aproximam, mas que nunca se emparelham absolutamente com a própria realidade.

Essa outra noção de razão teria sido forjada por Karl Marx. Sua crítica ao capitalismo não estaria simplesmente baseada num posicionamento político derivado diretamente da corrente socialista existente anteriormente à Associação Internacional dos Trabalhadores. Ao contrário, o conjunto teórico-prático marxiano supera o seu precedente por introduzir na prática política o reconhecimento da necessidade de compreensão o mais fidedigna possível do mundo. E tal compreensão não poderia estar comprometida com a cultura comum ao projeto de mundo burguês, que nada mais era do que o projeto da modernidade.

O conjunto teórico-prático marxiano, englobando desde os seus escritos iniciais, atrelados a sua condição de jornalista da *Gazeta Renana*, até a sua fase madura, na elaboração do projeto que o levou a escrever *O capital*, pode ser considerado uma verdadeira atividade de crítica ao estabelecido e da tentativa de efetivação de um novo patamar analítico e prático. A categoria de práxis, descrita em *A ideologia alemã*, que busca romper com as correntes de pensamento e de ação marcadas pelo idealismo e por um materialismo tacanho, é a cristalização desse movimento em seus escritos.

Em sua crítica a corrente idealista de pensamento alemã, calcada na figura de Hegel, Marx se alinha de maneira muito próxima ao pensamento materialista de Feuerbach. Tanto um quanto o outro se contrapõem ao idealismo considerando as categorias empregadas na sua maneira de compreender a realidade como que marcadas por um afastamento dos fenômenos objetivos. Ao estabelecer uma relação harmônica entre elementos díspares como o Estado e a sociedade civil – o primeiro como

⁵Destaca-se, com esse propósito, Lyotard (2009).

⁶Atualmente, é possível afirmar que o teórico que melhor cristaliza esse posicionamento seja Santos (1995; 2009; 2010).

expressão universal, manifestação plena do espírito absoluto, e a segunda como particularidade –, a teoria hegeliana negaria sua própria fundamentação dialética. Para Feuerbach, a crítica representou a formulação de uma corrente de pensamento pretensamente materialista, com o intuito de escapar de tamanha contradição. Mas segundo o próprio Marx, a quebra com o pensamento dialético do próprio Hegel não permitiu que o “córrego de fogo” se libertasse das margens opressoras da contradição e de uma visão bastante limitada da realidade. Tão limitada que repetiria, sob uma nova forma, o afastamento idealista da realidade que Feuerbach tanto criticara em seu mestre.

Marx ressalta os equívocos do materialismo feuerbachiano na compreensão da realidade através da crítica ao processo de formação da consciência. Para Feuerbach e outros materialistas, a realidade seria observada como objeto sensível, ou seja, como algo possível de ser captado pelos sentidos e cuja existência estaria para além da própria vida do sujeito. Considerando o sujeito também como uma expressão objetiva, com uma existência distinta das outras subjetividades, Feuerbach imputava ao humano uma condição determinada de ser. A consequência disso para o pensamento materialista foi considerar a ação humana como que limitada mecanicamente pela conjuntura. É certo que Marx concorda com a questão das limitações da ação humana dadas por determinações que estão para além da vontade subjetiva. No entanto, sua compreensão do processo de formação da consciência não diminui a importância da subjetividade. A realidade é tratada por ele como expressão de uma atividade sensível, que só pode ser compreendida e realizada pela ação humana. Desse modo, Marx resgata a dialética hegeliana e incorpora na compreensão da realidade, e conseqüentemente na prática humana que intervêm diretamente na realidade, a noção de contradição.⁷

O exercício crítico marxiano, que o leva a elaboração da categoria de práxis, apresenta-se como um movimento contraditório de apropriação e recusa de outras formulações ideais que apresenta algo novo, que supera, ou que visa a superar, o estágio do qual ele faz a crítica. Marx, desse modo, supera o procedimento filosófico tradicional, baseado na especulação, e passa a tomar como critério de avaliação de uma determinada formulação sobre a realidade a própria realidade, em sua expressão ativa dada pela ação humana. Assim, não há em Marx, como ocorre com os pensadores modernos de maneira geral, especialmente na sociologia, o abandono da importância da imediatividade, em detrimento de processos de abstração que procuram manter o pesquisador neutro diante de seu objeto, mas isso não representa, por outro lado, a desconsideração pela verdade, pelo processo objetivo realmente existente. O processo de elaboração intelectual é compreendido como parte do movimento do real, atrelado a um conjunto gigantesco de determinações que estão em movimento para além da vontade do sujeito que pensa (e age).

O pensamento pós-moderno nega essa noção de razão, confundindo-a com a noção de razão pragmática. Por não concordar com as novas bases instauradas, e ainda discordando das antigas, é proposta uma nova modalidade de entendimento do mundo baseada na irrazão; uma forma de conhecimento negadora da crítica científica e assentada de maneira bastante curiosa numa forma de saber imediatista, próxima a do senso-comum.⁸

Boaventura de Sousa Santos é um exemplo de autor que propõe essa nova crítica. Embora negue seu alinhamento junto à sociologia pós-moderna – embora não tenha modificado essencialmente seu posicionamento, desde o início marcado pela proposição de um paradigma pós-moderno, ou como chama atualmente, emergente –, escreveu que o pensamento moderno expressaria uma razão indolente. Entretanto, a partir das considerações sobre a maneira como o próprio pensamento pós-moderno trata a questão da razão e as práticas políticas dela derivadas, poderíamos falar mesmo de uma extensão desta indolência às formulações pós-modernas.

⁷Uma compreensão mais apurada sobre o movimento crítico marxiano com relação ao idealismo e ao materialismo vulgar da Alemanha de sua época podem ser vistas em Frederico (1995).

⁸Sobre as características do irracionalismo pós-moderno, ver Evangelista (1992).

O irracionalismo pós-moderno poderia ser caracterizado pela perda de referência doreal como parâmetro teórico-prático, cedendo espaço para a representação unilateralmente simbólica. Dessaforma, não haveria a percepção de uma determinação ontológica sobre a atividade humana, retirando a ideia de intervenção orientada e cedendo espaço, cada vez mais, a representaçãooestaque e imaginária da realidade.

O sujeito realizador da atividade teórico-prática é visto, do mesmo modo, como impedido de compreender as bases de sua condição existencial, sendo reduzido a um receptáculo e difusor derelações imediatas, quase sempre vinculadas às sensações e ao hedonismo. Imersos noensimesmamento dos próprios corpos, a ação desses sujeitos fica restrita a variedade deentendimentos que ele pode ter da realidade, e não ao entendimento que ele de fato possa elaborar. Ocorre afragmentação do sujeito total e o aparecimento de uma pluralidade de supostos novos sujeitossociais, que estão embasados pelas diferentes maneiras de se entender a realidade, existentesnuma dada formação social. Assim, o discurso proferido pelo sujeito seria a base de sua constituiçãoenquanto alguém que age. A desconstrução do sujeito, constituída de modo a ser umavalorização da individualidade numa perspectiva humanista toma corpo em sentido contrário, como uma forma clara de anti-humanismo.

O poder, em geral vinculado ao indivíduo, independente de qualquer aparelho, categoria, ou instituição de amplitude coletiva, torna-se o centro de toda a análise e de toda a prática social. Este movimento oblitera a noção de história, já que torna subjetiva a atuaçãoconcreta, renegando as experiências passadas. Ela também rechaça a compreensão dos aspectos econômicos na conformação da vida cotidiana, considerando-os fatores de segunda ordem. Muitos ainda tendem a considera-los no mesmo nível dos fatores culturais – mais fáceis de serem notados individualmente, por serem mais ricos na variedade de suas manifestações –, mas sua associação a tradição clássica da sociologia e ao marxismo impedem que pesquisas desse tipo seja analisadas pormenorizadamente.

Várias pesquisas indicam que o capitalismo, apesar das mudanças com relação ao seu período anterior, não teria sua essência modificada consideravelmente. Se esta avaliação estiver correta, tal mudança significaria, realmente, que o sistema reprodutor do capital estaria em uma espécie de crise, reformulando-se para garantir uma sobrevivência que lhe faça escapar, junto com toda a humanidade, da barbárie ou, o que seria pior a ele, ideologicamente, da sociedade sem classes.⁹

O período de transição da década de 1960 a 1970 representa o avanço e predominância dos mercados financeiros para a manutenção do capital. O diferencial desse período com outros momentos do capitalismo não corresponde necessariamente ao acúmulo de poder nas agências financeiras, mas sim aos instrumentos e aos mercados de finanças que surgiram com a crescente e cada vez mais elaborada rede de coordenação financeira global constituída através do avanço de empresas a territórios diferentes de sua origem e do desenvolvimento da capacidade de transmissão de informação. Essa predominância do sistema financeiro decerto resultou numa perda de autonomia do Estado em geral como regulador econômico, muito embora ainda tivesse o poder, por diversas vezes demonstrado, de regular a disciplina da força de trabalho e de socorrer os mercados financeiros em tempos de crise. No entanto, por se manter refém da manutenção do sistema financeiro, o Estado era, e ainda continua por ser, a instituição que mais sofre com as crises fiscais.

O capitalismo, como um modo de produção que se sustenta através da conversão de parte dos ganhos adquiridos no processo de produção e venda de mercadorias, só pode manter-se através de uma taxa equilibrada de crescimento. Isso se deve a tendência de diminuição de extração do capital ao longo dos tempos, devido às falhas na completude do circuito de transformação da mercadoria, que ocorrem, geralmente, pela criação excessiva de mercadorias que não encontram vazão no mercado. A resposta a isso ignora as consequências sociais, ambientais e políticas a favor de uma expansão da produção de

⁹Dentre as várias pesquisas sobre a atual condição da formação social de tipo capitalista, merecem destaque Harvey (1994) e Mészáros (2002).

produtos e de mercados. Se não existe crescimento, não há outra coisa a se pensar dentro da ideologia capitalista senão que se vive um momento de crise. É por isto que o capitalismo, independente da forma que assume, se constitui numa relação de classes entre os detentores do capital contra os possuidores da força do trabalho: por mais que o trabalho vivo tenha dado lugar a processos produtivos onde predomina o trabalho morto, ou seja, que cada vez menos se empregue a força de trabalho na esfera da produção, é necessário lembrar que este trabalho morto foi, em um determinado momento anterior da longa cadeia produtiva trabalho vivo – força de trabalho dispendida na transformação imediata de matéria-prima numa nova mercadoria. O capitalismo se sustenta justamente pela extração de mais-valia, que nada mais é do que a diferença existente entre a remuneração da força de trabalho e o valor que ela realmente é capaz de criar dentro do processo de produção mercadológico. Assim, o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista, e é fundamentada nessa necessidade que a luta de classes se mantém. Neste sentido, a inovação tecnológica e administrativa, além de serem recursos dos capitalistas na luta contra a concorrência entre si em busca de mercado, constitui-se como ferramenta necessária para o controle do trabalho.

Analisando não necessariamente o período histórico de abrangência do capitalismo, mas sim o conjunto de relações históricas que engendraram, e ainda engendram, uma determinada forma de sociabilidade – algo que o permite identificar padrões próprios à sociabilidade controlada pela lógica do capital antes e depois da constituição do capitalismo –, é possível identificar a reprodução, em escala global, de relações completamente nocivas à continuidade da humanidade. Toda tentativa para reverter as constantes crises do capital não serviriam para algo diverso do que o aprofundamento das próprias crises, levando todo o sistema a um *continuum* depressivo que teria seu fim, dentro de sua lógica perversa, apenas com a destruição da vida humana.

Esse fenômeno de instituição de uma nova visão de mundo, a pós-moderna, representa a cristalização de uma resposta específica aos conflitos humanos postos pelo desenrolar das relações sociais numa forma societal baseada na lógica do capital, marcada por uma crise estrutural que se apresenta como autodestrutiva. Esta resposta representa um posicionamento bastante dúbio com relação à possibilidade de destruição da humanidade, pois que se coloca, no campo da retórica, contrário à lógica coisificada, mas por outro lado, tende a ratificá-la em seus desdobramentos práticos. A crise do capitalismo, o movimento dessa crise, cuja essência parece se confirmar como um fenômeno estrutural, e a agudização das lutas de classes decorrentes dessa crise são deslocadas, senão retiradas, dessas discussões teóricas e de suas conseqüentes práticas políticas. As variações secundárias, as falsas questões e a elaboração de condutas políticas não radicais surgem dos estreitos limites de compreensão de mundo oferecidos pelo pensamento irracionalista, ao mesmo tempo em que compõem a função de manter as condições de reprodução da vida favoráveis à manutenção do *status quo*. Parece haver uma aproximação do pensamento de esquerda com ideais conservadores, forjando um conjunto teórico completamente reconfigurado, que acaba por se contrapor a sua intenção original. Os pensadores pós-modernos que se colocam no campo da transformação social, mais do que estimuladores de uma forma de saber que não é capaz de reconhecer os próprios fundamentos históricos, seriam vítimas dessa mesma lógica. Eis a condição interessante vivida por todos eles: por mais bem-intencionados que possam ser, isso não lhes garante a elaboração de uma solução eficaz ao problema.

Se for certo que as correntes sociológicas tradicionais, bem como o marxismo, precisam se livrar das vicissitudes comuns às suas variações idealistas, também é certo que os teóricos pós-modernos precisam realizar o mesmo exercício. As bases dessa autocrítica já estão dadas, é necessário seguir adiante a partir delas.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade** [tradução de Marcos Penchel]. – Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1999.
- CHASIN, J. **Marx: estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo :Boitempo,2009.
- COMTE, A. **Curso de filosofia positiva** [tradução de José Arthur Giannotti]. – São Paulo : Nova Cultural, 1996 (Os Pensadores), pp. 20-68.
- COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. – 2ª ed. – São Paulo :Expressão Popular, 2010.
- EAGLETON, T. **As ilusões do pós-modernismo** [tradução de Elisabeth Barbosa]. – Riode Janeiro : Jorge Zahar, 1998.
- EVANGELISTA, J. E. **Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno** – SãoPaulo : Cortez, 1992 (Questões da nossa época: 7).
- FERRY, L.& RENAUT, A. **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismocontemporâneo** [tradução de Roberto Markenson&Nelci do Nascimento Gonçalves]. – SãoPaulo : Ensaio, 1988.
- FREDERICO, Celso. **O jovem Marx: 1849-44: as origens da ontologia do ser social**. – São Paulo : Cortez, 1995.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo** [tradução de AngelaRamalho Vianna & Sérgio Góes de Paula]. – Rio de Janeiro : Forense Universitária,1982.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como “ideologia”** [tradução de Artur Morão]. –Lisboa : Edições 70, 1968.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudançacultural** [tradução de Adail Ubirajara Sobral & Maria Stela Gonçalves]. – 4ª ed. – São Paulo :Loyola, 1994.
- HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991** [tradução de MarcosSantarrita] – 2ª ed. – Companhia das Letras : São Paulo, 2004.
- _____. E. **Era das revoluções: 1789-1848** [tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira & Marcos Penchel] – 19ª ed. – São Paulo : Paz e Terra, 2005.
- LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo?** [Tradução de José Carlos Bruni]. – São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- LYOTARD, J.-F. **A condição pós-moderna** [tradução de Ricardo Corrêa Barbosa].– 12ª ed. – Rio de Janeiro : José Olympio, 2009.
- MARX, K. O Método da Economia Política. *In* **Para a crítica da economia política –Introdução** [tradução de José Arthur Giannotti & Edgar Malagodi]. – São Paulo :AbrilCultural, 1974, (Os Pensadores; XXXV), pp. 122-9.
- _____. **O Capital: crítica da Economia Política** [tradução de Reginaldo Sant’Anna]. –12ª ed. – Livro 1, vol. I & II. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1988.
- _____ & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** [tradução de Luis Cláudio de Castroe Costa]. – 2ª ed. – São Paulo : Martins Fontes, 1998.
- MÈSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição** [tradução dePaulo Cezar Castanheira & Sérgio Lessa]. – São Paulo :Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O poder da ideologia** [tradução de Paulo Cezar Castanheira]. – São Paulo :Boitempo Editorial, 2004.

NETTO, J. P. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. –São Paulo : Cortez, 2004.

OFFE, C. Trabalho: a categoria sociológica chave? *In* OFFE, Claus. **Capitalismodesorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política [tradução de WandaCaldeira Brant]. – 2ª ed. – São Paulo : Brasiliense, 1994, pp. 167-197.

ORGANISTA, J. H. C. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. – SãoPaulo : Expressão Popular, 2006.

PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital**. – São Paulo :Boitempo,2009.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. – 7ª ed. – Porto : Edições Afrontamento,1995.

_____. A queda do *AngelusNovus*: para além da equação moderna entre raízes eopções. *In* **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 45, 1996, pp. 5-34. Disponível em<<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/A_queda_do_Angelus_Novus_RCCS45.PDF>>. Acesso em 08 de agosto de 2011.

_____. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. – 7ª ed. –São Paulo : Cortez, 2009.

_____. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. – 13ª ed. – SãoPaulo : Cortez, 2010.